

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO,
ATUÁRIA, CONTABILIDADE E SECRETARIADO

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

BALANÇO SOCIAL, A EMPRESA COMO ENTE SOCIAL

FRANCISCO ALBERTO RAMOS SOUSA JÚNIOR

FORTALEZA, DEZEMBRO, 1999

BALANÇO SOCIAL, O LADO SOCIAL E HUMANO DAS EMPRESAS



FRANCISCO ALBERTO RAMOS SOUSA JÚNIOR

Orientadora: Maria das Graças Arrais de Araújo

Monografia apresentada à
Faculdade de Economia,
Administração, Atuária,
Contabilidade e Secretariado,
para obtenção do grau de
Bacharel em Ciências
Contábeis.



FORTALEZA - CE
1999

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Contabilidade, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, outorgado pela universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas ética científica.

Média

Francisco Alberto Ramos Sousa Júnior

— / —

Nota

~~Professora : Maria das Graças Arrais Araújo~~
Professor Orientador

— / —

Nota

~~Professora: Célia Maria Braga Carneiro~~
Membro da Banca Examinadora

— / —

Nota

~~Professor : Ozório Cavalcante Araújo~~
Membro da Banca Examinadora

— / —

Monografia aprovada em 22 de fevereiro de 1999.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que deu-me a chance de ser seu filho, acreditando que tudo o que somos e seremos, depende principalmente da nossa fé, porém acreditar não é suficiente, temos que buscar.

A Leilinha, esposa dedicada, que sempre soube me injetar ânimo em momentos difíceis de minha vida. A ela devo muito do que aprendi, lutar sempre e acreditar que os desafios são obstáculos a serem superados.

Aos meus pais, que me educaram com tanto carinho e amor.

A professora Graça, pois com ela aprendi os primeiros lançamentos contábeis e agora com ela estou tornando-me um contador.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	01
2. SURGIMENTO DO BALANÇO SOCIAL	03
2.1 Origem e evolução	03
2.2 A empresa como ente estatal	04
3. CONCEITOS	06
4. ANÁLISE DOS MODELOS FRANCÊS E BELGA	07
5. PROPOSTA DE UM BALANÇO INTERNACIONAL	09
6. A INFORMAÇÃO CONTÁBIL PARTICULAR E AQUELA SOCIAL	11
6.1 As informações contidas no balanço social	11
6.2 Balanço verde	13
6.2.1 Ativo e passivos ambientais	16
6.3 Os recursos humanos	17
6.4 Compromisso social no mundo dos negócios	20
6.4.1 Rede de negociações	21
7. BALANÇO SOCIAL NO BRASIL	22
7.1 Origem histórica	22
7.2 Análise do projeto de lei 3.116/97	24
7.3 Relação anual de informação	27
7.4 Balanço social em empresas públicas	28
7.5 A informação social atual no país	29
8. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	31
8.1 O que é valor adicionado	31
8.2 Exemplos práticos	32
8.3 Como elaborar uma demonstração do valor adicionado	34
9. CONCLUSÃO	35
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36

RESUMO

Este trabalho apresenta e investiga a origem e conceituação do Balanço Social, bem como sua evolução em um nível global, salientando os primeiros modelos que se destacaram como base para sua criação. Sob a ótica de diversos autores, nota-se realmente o que significa a apresentação de um relatório com este, e a necessidade de o mesmo ser algo universal. Visualiza-se a necessidade cada vez maior da integração entre a entidade e sociedade, visto que no Balanço Social, são obtidas informações diretamente ligadas a esta relação, como por exemplo a responsabilidade social junto ao meio ambiente, ao governo, aos funcionários da empresa, aos sócios e às instituições financeiras, que através dos últimos tempos vem se tornando cada vez mais acirrada. Os vários fatores que tornam esta demonstração essencial, para o conhecimento por parte da sociedade, dos benefícios que uma empresa possa proporcionar, tanto do âmbito privado como público. De forma particular foi exposto, como essa demonstração esta sendo divulgada no Brasil, desde suas primeiras idéias até o momento, e quais os relatórios e demonstrações que mais se aproximam da idéia de Balanço Social.

1. Introdução

O desenvolvimento das comunicações, a globalização da economia e, fundamentalmente, a conscientização das pessoas, estão provocando uma profunda alteração no relacionamento das empresas com o seu público, tanto interno como externo.

Nesta mudança radical, tem papel fundamental o profissional da contabilidade na conscientização do empresário para adaptação a esta nova realidade mundial, sem que seja necessário a existência de uma legislação que torne obrigatório a divulgação de dados importantes no relacionamento com a sociedade, mesmo sendo esta muito importante, através do Balanço Social, demonstrando uma forma transparente, o que cada empresa tem feito além de procurar satisfazer, com o lucro, os donos do capital.

O Balanço Social, um conjunto de informações sócio-econômicas, que tem como objetivo a divulgação de informações sobre o desempenho econômico e financeiro das empresas e sua atuação em benefício da sociedade.

Aqui entra a competência e iniciativa do profissional da contabilidade, através do convencimento do empresário na divulgação destas informações, enquanto não se materializarem em lei estas novas demonstrações contábeis, já com estudos avançados através da proposta de alteração da Lei nº 6.404/76, que passa a determinar como demonstrações obrigatórias a Demonstração do Fluxo de Caixa e a Demonstração do valor Adicionado.

Com a finalidade de atingir os objetivos propostos, a estrutura desta monografia foi dividida em oito capítulos, de acordo com o apresentado abaixo:

O primeiro capítulo, é uma apresentação de como e onde surgiram as primeiras idéias de balanço social; em seguida o segundo, trata dos conceitos mais aceitos sobre o assunto; o terceiro, da análise dos balanços sociais belgas e francês; o quarto, apresenta uma possibilidade de um balanço universal, internacional; o quinto, a informações contidas em um balanço social; o sexto, como surgiu e se desenvolveu esta demonstração no Brasil, e como se

encontra e finalizando com o sétimo onde é feito um comentário sobre a Demonstração do Valor Adicionado, elaboração e exemplos.

ESFEO

ESFEO

2. Surgimento do balanço social

Grandes autores da atualidade tratam das mudanças que vêm ocorrendo na sociedade como também a velocidade com que elas têm ocorrido. Previsionalmente estão otimistas na crença que o homem superará e se adaptará as mudanças que ainda acontecerão. Tendo como ponto de partida o ser humano e seu bem estar, observa-se na história as mudanças ocorridas na relação patrão e empregado. Saiu-se da situação de vassalo (idade média) à empregado (atualidade), sempre evidenciando uma busca da condição social e econômica.

2.1 Origem e evolução

Apesar de que diversos historiadores indicarem a Alemanha como local onde teria iniciado, na década de 20, as origens do Balanço Social, vale ressaltar que foi na década de 30, onde ocorreram dois fenômenos, que ultrapassaram fronteiras nacionais, o ralentar do crescimento econômico e o declínio de vários tipos de conquistas sociais, estes também serviram de partida para um surgimento de novas necessidades sociais dentro da relação empresa e sociedade. Com eles foi gerada uma visão de que o social não deve ser sacrificado sempre no altar da economia.

Porém, segundo Freire (1998, p.2), a idéia tem sua origem em reflexões iniciadas nos anos 50, momento a partir do qual começamos a conceber a empresa como uma célula social. Com a importante crise social e política que se instalou por todo o mundo na década de 60, movimentos “hippies”, consumistas, ecologistas e feministas reivindicaram profundas mudanças no interior da sociedade industrial que começava a sufocar, foi a crise do compromisso fordista. Pela primeira vez o desemprego e a inflação apareceram simultaneamente na história.

Segundo a mesma autora, mesmo tendo sido originária nos Estados Unidos, a idéia do balanço social foi implementada na França em 1977 pela concretização do relatório Sudreau. Entre outros países com experiências diversas de balanço social, devemos destacar o Brasil, através da RAIS em 1975, a Holanda, a Alemanha, e os Estados Unidos.

Com a guerra do Vietnã, com movimentos estudantis na França e na Alemanha, e o aumento dos problemas sociais, as iniciativas de um relatório social se multiplicaram, iniciando-se então a discussão sobre a responsabilidade social das organizações e procurando-se uma forma científica de prestar estas informações à sociedade, nascendo assim uma demonstração social chamada de “Social Audit” pelos norte-americanos, de “Sozial-bilanz” pelos alemães e de “Bilan Social” pelos franceses.

Como bem relata Kroetz (1998,p. 44):

“A partir dos anos 70, também como resultado das pressões sociais (movimento estudantil de 1968), as empresas francesas deram início à publicação de quadros com dados relativos à gestão do pessoal, às condições sociais, juntamente com as tradicionais demonstrações financeiras. Pela lei francesa, desde 1977 é obrigatória a elaboração do balanço social das empresas com mais de 300 funcionários (a lei n.º 77.769, de 12 de julho de 1977, incluiu as empresas com 750 ou mais empregados; em 1982, a obrigatoriedade passou a valer para aquelas com 300 ou mais empregados)”.

Sendo assim precisar a origem do balanço social torna-se difícil. Sabe-se, ao certo que ela é uma demonstração estudada e desenvolvida em meados do século XX.

2.2 A empresa como ente social



O Prof. Almada (s.d., p.8) citando o Prof. Serge Launois, afirma que “ a empresa é um agente econômico cujo papel e lugar na sociedade são objetos de discussões por vezes acaloradas entre os responsáveis econômicos e políticos. A empresa representa igualmente uma micro sociedade, com sua hierarquia, sua relações sociais e humanas”, e estas empresas são controladas pelas ferramentas contábeis, que proporcionam dados capazes de gerar informações que servem de base para as decisões dos mais diversos usuários, tanto internos como externos.

As ações governamentais, a greve e outros acontecimentos tão comuns na história, provocam simultaneamente, modificações no patrimônio das empresas e entidades, cabendo à contabilidade registrar, demonstrar e explicar as mutações ocorridas em seu objeto de estudos ou, segundo o Prof. Almada (s.d. p.8) “a contabilidade traduz nos documentos as escolhas da sociedade”.

De tudo isso surge a Sociologia da Contabilidade, objetivando o estudo das interações sociais internas e externas à empresa, aparecendo um novo tipo de contabilidade, a social, onde sua principal demonstração contábil é o balanço social.

Através do balanço social, a empresa passa a transferir para o público, interno e externo, informações sobre a política social da entidade, pela publicação de informações antes restritas aos investidores e administradores.

No Brasil está em andamento pela deputada Marta Suplicy, juntamente com os deputadas Maria Conceição Tavares e Sandra Starling, o projeto de lei 3.116/97, que cria o balanço social.

Outra ação nacional no sentido de solidificar o Balanço Social, vem sendo realizada desde meados de 1997 pelo sociólogo Herbert de Souza e o Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas, que vêm com insistência chamando à atenção dos empresários e toda a sociedade para a importância e a necessidade da realização do balanço social das empresas em um modelo único e simples. Este modelo foi desenvolvido pelo citado Instituto em parceria com diversos representantes de empresas públicas e privadas, a partir de inúmeras reuniões e debates com setores da própria sociedade.

Como bem esclarece Freire (1998. p.3), “A idéia precisa tornar-se realidade e espalhar-se por todos os países. Nesse sentido, não importa quem é o pai ou a mãe da idéia. Todos devem colaborar o mais amplamente possível e com a maior transparência junto ao público que é, em última análise, o beneficiado final do balanço”.

3. Conceitos

A razão primeira e fundamental de uma empresa é econômica: produzir, trocar, distribuir bens e serviços de que necessita uma sociedade como um todo. Mas ao exercer a sua função, a empresa estabelece relações com atores sociais concretos, usando recursos que são patrimônio de todos, num contexto social, político e cultural muito definido. A dimensão social não é algo externo, mas intrínseco à atividade econômica. Porém, a segmentação entre econômico e social e a própria negação do social foi e é ainda uma regra dominante. As concepções e práticas de desenvolvimento entre todos sempre priorizaram o crescimento econômico e tomaram o social como mero derivativo daquele.

Vários autores constituíram nos últimos anos diferentes versões do que se pode denominar de balanço social, porém vê-se como definição mais exata a vigente na França.

Segundo, Freire (1998, p. 1) o balanço social francês contém num documento único as principais informações e dados de cunho estatísticos que possibilitam uma apreciação da situação da empresa no domínio social, o registro das realizações efetuadas e uma medida das mutações ocorridas em um exercício e nos dois anos precedentes. Em consequência, o balanço social compreende informações sobre o emprego, remunerações e encargos sociais, condições de higiene e segurança, outras condições de trabalho, formação, relações profissionais, e ainda condições de vida dos assalariados e de seus familiares na medida em que estas condições dependem da empresa.

BSFEAR

Na sua concepção mais ampla, o Balanço Social envolve a demonstração da interação da empresa com os elementos que a cercam ou contribuem para sua existência, incluindo o meio ambiente natural, a comunidade, a economia local e os recursos humanos. De modo genérico, segundo Sprenger (1996, p.101) defini-se como “conjunto de informações econômicas sociais, que tem como objetivo a divulgação de informações sobre o desempenho econômico e financeiro das empresas e sua atuação em benefício da sociedade”.

É um documento publicado anualmente reunindo um conjunto de informações sobre as atividades desenvolvidas por uma empresa, em promoção humana e social, dirigidas a seus

empregados e à comunidade onde está inserida. Através dele a empresa mostra o que faz pelos seus empregados, dependentes e pela população que recebe sua influência direta.

Conforme Tinoco, (1984, p108):

“O Balanço Social é um instrumento de gestão e de informação que visa reportar da forma mais transparente possível, vale dizer evidenciação plena - full disclosure - informações econômicas, financeiras e sociais do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários da informação, dentre estes usuários os trabalhadores”.

Não deve-se confundir Balanço Social com Contabilidade Social. Enquanto o Balanço Social tem seu foco no resultado das transações individuais da empresa com a sociedade que a ela está diretamente relacionada, com objetivo de divulgar o seu desempenho econômico e social, e sobre o seu relacionamento com a comunidade, mostrando o resultado da sua política social, a Contabilidade Social se preocupa com a estrutura e os resultados globais da economia, utilizando-se de dados que demonstrem o crescimento real, a tendência e a constituição setorial da economia nacional, as realizações dos setores públicos, da poupança interna e a distribuição de renda entre os diversos setores produtivos.

4. Análise dos modelos francês e belga

Estes dois principais modelos de balanço social, sendo os primeiros a se destacarem, servem como uma base de análise do que realmente se esperava de um balanço social e quais as características, os problemas e as vantagens que surgiram com o mesmos.

Modelo Francês:

a) Características:

- Instituído em 12/06/77;
- O mais complexo e completo a nível mundial;
- Obrigatoriedade: empresa com número de empregados superior a 299;
- Critério democrático: submetido aos comitês de empresa e delegados sindicais e após sua aprovação é enviado ao inspetor de trabalho;

- Dividido em sete capítulos que se subdividiam em rubricas que por sua vez se dividem em indicadores.

b) Problemas:

- O número mínimo de empregados para atingir a condição da obrigatoriedade é muito alto;
- O excesso de dados quantitativos, a ausência de articulação entre suas informações sociais e econômicas não referenciam o contexto estratégico e do clima social;
- É privilegiada a informação e não tem poder decisório desarticulando-o como ferramenta em negociações;
- As informações nele contidas já são fornecidas através de outros documentos elaborados pelas empresas;
- Falta maior abertura às informações pois somente uma parte é conferida por terceiros;
- As mudanças ocorridas na legislação social francesa desde quando o Balanço Social foi instituído, não fizeram com que o mesmo acompanhasse a evolução desse período;
- A obrigatoriedade acaba destoando da liberdade, fraternidade e igualdade.

c) Vantagens

- A forma de apresentação em documento único e sintético concede praticidade ao demonstrativo facilitando assim, uma visão global da política social das empresas;
- Sua existência permite o controle e observação de longo prazo das práticas sociais da relação capital-trabalho;
- Mais de 90% das empresas francesas creditam ao Balanço Social a principal função, a informação estática, que permite as mesmas consertarem uma memória de um certo número de parâmetros sociais.

Modelo Belga:

a) Características:

- Instituído em 27/11/73 através de um decreto real;

- A base e fundamentação da instituição do Balanço Social belga é a mesma do princípio fundamental da contabilidade, o da continuidade das entidades, o que confere ao mesmo a condição de permanência e longevidade;
- O decreto distinguiu três blocos de informação: de base, anual e ocasional;
- Obrigatório a todas empresas.

b) Vantagens:

- Tem função decisória para o governo para tomada de decisões no campo de política de emprego;
- A relação entre patrões e os representantes dos funcionários é de parceria, logo o acesso as informações aos empregados é bastante desenvolvida;
- A lei que regulamenta o Balanço Social belga reúne as informações econômicas e às sociais em um só documento;
- Atribui as empresas seus pontos fracos e fortes, pois determina a capacidade de aumentar a duração e desenvolvimento das mesmas.

5. Proposta de um balanço social internacional

Quando aborda-se uma proposta desse porte, de imediato precisa-se ressaltar que ela é demasiadamente complexa e que como tarefa se faz necessário a união de todas as forças dos organismos que representam a classe contábil.

Para possuir um balanço social transnacional tem-se que quebrar as barreiras sociais, culturais, políticas e legais que representam as particularidades de cada país, de cada empresa e os fatores externos que a compõem, mais do que isso, precisa-se também harmonizar as normas contábeis já existentes.

Isto posto, mostra a grande dificuldade para estabelecer uma homogeneização de obtenção de informações sociais em um nível mundial. Somente uma discussão ampla e participativa da classe contábil em conjunto com organismos internacionais, trará uma escolha fundamentada das melhores aplicações para dotar de informações transparentes os usuários da possível materialização desta proposta.

Além do mais nesse acirrado mundo global em que se vive, a enorme diferença dos países desenvolvidos e os países em desenvolvimento que eleva ainda mais o grau de dificuldade da presente tarefa. Mas diante da quebra de fronteiras adjunto da globalização, se faz necessário aos países um ajuste em seus sistemas de informação com objetivo de ter uma linguagem unificada e entendida por todos.

Não é só possuir um modelo único, é possuir também uma orientação única no que tange a fiscalização e a auditoria. Todas as normas terão que adaptadas para satisfazer as peculiaridades dos países com bastante clareza.

Qualquer proposta da unificação necessita de uma estratégia que seja a base para o erguimento da consciência nas empresas da responsabilidade social concernente ao mundo moderno.

O quadro a seguir mostra qual enfoque utilizado em alguns países na elaboração do balanço social.

BSFEAC

País	Balanço Social – Enfoque
Estados Unidos	Ênfase para os consumidores/clientes e a sociedade em geral; qualidade dos produtos, controle da poluição, contribuição da empresa às obras culturais, transporte coletivos e outros benefícios à coletividade; abordagem da caráter ambiental.
Holanda	Enfoque para informações sobre as condições de trabalho
Suécia	Ênfase nas informações para os empregados.
Alemanha	Enfoque às condições de trabalho e aos aspectos ambientais.
Inglaterra	Forte discussão sobre responsabilidade social e grandes pressões para divulgação mais ampla dos relatórios sociais.
França	Enfoque para informações aos empregados; nível de emprego, remuneração, condições de trabalho e formação profissional.

Fonte: Mendes, (1998,p.25)

6. A informação contábil particular versus a social

Existe a informação particular para fins de gestão de empresas e entidades, mas também existe aquela que visa a um público indiscriminado e indeterminado, especialmente fornecedores, clientes, acionistas, investidores, consumidores, poder público, etc.

Com cita Lopes (1998, p.12), “ **O que se busca com o Balanço Social que a empresa produz não é, todavia, uma evidência sob a ótica exclusiva particular, mas, sim, adaptada àquela sociedade em geral, em suas diversas atividades**”.

Trata-se de ensejar a elaboração de uma peça estatística derivada que possa consolidar os diversos balanços sociais das empresas, para produzir uma peça que pode evidenciar uma situação abstrata, mas elaborada para dar uma idéia do geral.

Tal entendimento mostra a inadequação da expressão do conceito, ou seja, não se realiza, em contabilidade, um balanço verdadeiramente social, porque a sociedade, em seu todo, é algo abstrato, mas sim um balanço para estatística visão do social.

A riqueza social é objeto de estudo de outra ciência, a economia.

O que pode-se dizer sim em contabilidade, é realizar um estudo das relações ambientais do patrimônio das empresas e instituições para que possam ser gerados informes úteis que, por sua vez, produzam um balanço com visões do social.

6.1 Informações contidas no balanço social

O desenvolvimento das comunicações deram maior dimensão ao compromisso social de uma empresa, sendo este compromisso cada vez maior e não podendo mais deixar de ser apresentado a sociedade que ele afeta. Como cita Sprenger (1996,p.101), “ o relacionamento com o público externo e transparência das suas atividades é fator de sobrevivência da entidade”.

O Balanço Social é de grande valia pois é um instrumento que pode ser direcionado para vários fins, prezando principalmente pela clareza de informações que nele estão contidas. Entre as principais informações contidas nele, destaca-se o relacionamento com:

- Os acionistas, aportadores de recursos financeiros para a implantação, ampliação e desenvolvimento dos projetos e metas dos administradores. A manutenção desta parceria só se efetiva enquanto a empresa garantir a rentabilidade destes investimentos;
- Os funcionários, com seu conhecimento e sua mão-de-obra especializada, garantem o desenvolvimento da empresa. Para tanto é necessário que trabalhem satisfeitos e isso será através das condições ambientais do trabalho (remuneração, limpeza, segurança, treinamento, política de desenvolvimento de recursos humanos, etc);
- Os fornecedores, mantenedores da fonte produtora. O suprimento de matéria-prima ou serviços é fundamental em qualquer atividade. Para estes é importante conhecer as potencialidades do seu cliente, garantias de recebimento e de continuidade do negócio;
- As instituições financeiras, financiadoras do capital de giro necessário, não suprido pelos acionistas. Na concessão de empréstimos querem conhecer a situação patrimonial, a de liquidez, a rentabilidade, a capacidade de geração de recursos, as potencialidades futuras e terem a garantia da continuidade da empresa, caso contrário, relutarão em auxiliar através de empréstimos a empresa necessitada;
- Os consumidores , garantem a continuidade da produção e até mesmo da própria empresa, através da satisfação de suas necessidades. Garantias de qualidade, preço e assistência técnica são fundamentais nesta relação, e isso precisa ficar claro para o cliente. Destes a empresa o pagamento pela venda de produtos/serviços e estímulos para novos desafios;

- O governo, promotor das condições para o desempenho das atividades produtivas. Tem como contrapartida, por parte dos contribuintes, o reconhecimento dos tributos, como forma de retribuição para que o mesmo possa realizar as atividades do Estado em benefício de toda a sociedade (saúde, educação, segurança, etc);

- O meio ambiente, por certo uma das maiores responsabilidades sociais de todos e, principalmente das empresas que recebem matéria-prima deste meio têm, em contrapartida, o dever de manter os elementos essenciais da vida animal e vegetal como o ar, a água e o solo. São visíveis o número de empresas que pouco se preocupam com este assunto, sendo este lado uma reflexo da política utilizada que terá por fim, prejuízo para a própria empresa, visto que se matéria-prima não for reproduzida, logo trará consequências negativas.

Na sociedade existe uma preocupação crescente de se analisar a empresa como uma instituição social e não somente como uma instituição econômica. Isto porque a sociedade vem premiando aquelas empresas que tomam iniciativas de desenvolver atividades sociais relacionadas com seus empregados e com a sociedade e de participar do processo de preservação e proteção do meio ambiente onde ela está inserida.

Segundo Hendriksen (1965,p.18-19), numa visão mais tradicional, supõe-se que uma empresa que está maximizando seus lucros está maximizando sua contribuição para sociedade. Entretanto, esta visão tradicional não tem atendido às necessidades da comunidade, devido às complexas mudanças econômicas e políticas do mundo moderno, que alteram o comportamento social desta comunidade. Os problemas de gastos com o controle da poluição ambiental e condições e segurança no trabalho são alguns dos problemas sociais que devem ser evidenciados pelas empresas.

6.2 Balanço verde

Um dos aspectos de maior importância que deve ser evidenciado no balanço social é que se refere aos projetos da empresa relacionados à proteção e à preservação do meio ambiente.

Ao longo dos séculos, as atividades econômicas foram instaladas e mantidas sem qualquer preocupação com seus efeitos sobre o meio natural. Com isso, encontram-se hoje grandes extensões de águas correntes e solos totalmente (ou em via de se tornarem) improdutivos ou inabitáveis, em função dos dejetos poluentes deixados por empresas que ali estavam sediadas.

Frente a esta situação, a necessidade de as empresas, entidades apresentarem seu balanço econômico-financeiro e ecológico é um ponto pacífico quando se busca o combate às agressões praticadas ao meio ambiente, como a poluição do ar, dos rios e dos mares, além dos efeitos nefastos no solo e subsolo, praticadas, notadamente, pelas indústrias dos países do 1º mundo, sem dúvida alguma, os responsáveis pela quase totalidade dos grandes crimes contra a natureza e a humanidade, notadamente pelo perigoso “efeito estufa”.

Conforme cita Freire (1998,p.7), “ A contabilidade presta-se a esse tipo de informação porque é responsável pela identificação e apuração dos recursos econômico-financeiros consumidos pelas empresas”, basicamente, todos os procedimentos pertinentes à proteção, recuperação e restauração do meio ambiente envolvem o consumo de recursos financeiros e econômicos; ou seja: o instrumental existe, resta utilizá-lo adequada e oportunamente.

Uma empresa considerada potencialmente poluidora, que não adote medidas preventivas para reduzir tal potencial, poderá encontrar dificuldades na sua continuidade, em virtude das penalidades, hoje bastante rigorosas, seja em decorrência da obrigatoriedade legal de recuperação ou restauração de extensas e geograficamente complexas áreas contaminadas, seja por interdição governamental, em casos de infrações abusivas ou reincidentes, seja, enfim, pela falta de crédito junto aos seus fornecedores ou instituições financeiras, em face do risco, a que estes se vêem submetidos, de não recebimento dos valores envolvidos, ou da co-responsabilidade que lhes pode ser atribuída em caso de inviabilidade da empresa. Este é, especificamente, o caso das instituições financeiras dos Estados Unidos, as quais podem ser obrigadas a assumir a responsabilidade de danos ambientais das empresas a quem concedem recursos a título de empréstimos. Esta coobrigação é imputada sob a premissa de que a

instituição financeira, antes da concessão do crédito, avalia a situação econômico-financeira e os riscos associados às empresas às quais empresta dinheiro.

Partindo-se da premissa de que a informação tem o poder de inibir práticas ilícitas e estimular comportamentos e procedimentos corretos, a Contabilidade, objetivando evidenciar a situação econômico-financeira das empresas e o desempenho periódico das mesmas, constitui-se em um adequado sistema de informações quanto à postura ambiental das entidades.

Assim sendo, propostas e recomendações (ainda sem força legal) existem no sentido de que as companhias tornem públicos os efeitos de sua interação com o meio ambiente:

- Os efeitos da interação da empresa com o meio ambiente podem ser identificados por meio: dos estoques de insumos antipoluentes para inserção no processo operacional;
- Dos investimentos realizados em tecnologias antipoluentes (máquinas, equipamentos, instalações etc);
- Do montante de obrigações assumidas pela empresa para recuperação de áreas degradadas ou águas contaminadas, para pagamento de penalidades ou multas decorrentes de infrações à legislação ambiental;
- Das reservas para contingências constituídas a partir da forte probabilidade de ocorrência de perdas patrimoniais provocadas por eventos de natureza ambiental;

- Do montante de custos e despesas incorridos em prol da contenção dos níveis de poluição e/ou por penalidades recebidas por procedimentos inadequados.

6.2.1 Ativos e passivos ambientais

O Balanço Patrimonial, que reflete a situação econômica-financeira das empresas, ou mais precisamente seus bens, direitos e obrigações, poderia discriminar entre os bens e direitos (ativo) as aplicações de recursos cujo objetivo básico esteja relacionado a proteção, recuperação e restauração ambiental, como os investimentos em estoques de insumos preventivos aos efeitos poluentes; e em bens de longa duração, que serão utilizados no processo de contenção/eliminação da poluição. Estas informações traduziriam o empenho prático da organização no sentido de melhorar a qualidade ambiental do planeta e, por conseguinte, demonstrar sua responsabilidade social, além de servir de parâmetro para a melhoria de suas congêneres.



No ativo poderiam estar representadas ainda, as perdas de ativos, parciais ou totais, por meio de provisão para desvalorização. Tais perdas são aquelas decorrentes da exposição dos ativos aos efeitos da poluição e se traduzem em redução do potencial de uso ou consumo dos bens físicos ou na cessão imediata de utilidade para a empresa. Como exemplo de redução do potencial de uso, há o caso dos equipamentos das companhias de geração e transmissão de energia do Estado de São Paulo, instalados em rios poluídos, os quais tem vida útil 50% menor que os equipamentos semelhantes, da mesma empresa, instalados em rios não poluídos.

Pelo passivo, o qual representa as obrigações das empresas para com terceiros. De acordo com as premissas contábeis tais obrigações devem ser reconhecidas a partir do momento em que são conhecidas, mesmo que ainda não haja uma cobrança formal ou legal. Assim sendo, dever-se-ia destacar aquelas que tenham natureza ambiental específica mas, também, reconhecer todas as obrigações cujos fatos geradores já ocorridos configurem responsabilidade da empresa, ainda que através de cálculos estimativos.

O passivo ambiental das empresas pode ser identificado, entre outras formas, através dos EIA's (Estudo de Impacto Ambiental) e dos RIMA's (Relatório de Impacto ao Meio Ambiente), exigidos pelos órgãos técnicos de controle ambiental e responsáveis pela autorização de instalação e funcionamento das empresas. O EIA é elaborado na época de constituição da empresa, enquanto que o RIMA é elaborado periodicamente para acompanhamento destes órgãos quanto aos impactos dos procedimentos operacionais das empresas.

6.3 Os recursos humanos

Conforme analisa Freire (1998,p.75), por muito tempo, ter um emprego, ter quem empregasse era por si só uma grande vantagem. A escassez de empregos induzia as pessoas a sacrifícios exagerados para a manutenção dos mesmos. Os cargos existentes eram largamente disputados em troca de uma remuneração irrisória, sem qualquer condição de segurança ou de saúde ocupacional, muitas vezes obrigando crianças ao trabalho para a complementação da renda familiar mínima. Sabe-se que esta não é uma situação totalmente extinta, porém, quantitativamente houve grandes avanços.

Este tipo de situação, fez-se forte contribuição para a degeneração do ser humano no que tangia o seu convívio na sociedade e mesmo na vida familiar, uma vez que eram condenados à marginalidade e à abstinência de fatores elementares para sobrevivência.

Por força das pressões dos movimentos sindicalistas, governamentais, de direitos humanos surgiu a consciência de responsabilidade social, também sob este aspecto. No presente, com maior ou menor nível de escassez de cargo, as empresas são obrigadas à implementação e manutenção de condições adequadas quanto a segurança e saúde ocupacional de seus funcionários, bem como, estão proibidas de utilizar mão-de-obra infantil

(obviamente há casos de transgressões) e também, tem de limitar a ocupação de seus funcionários a 8 horas diárias ou até menos, conforme as características da atividade desenvolvida.

Aliado a isto, as entidades de classe passaram a exigir remunerações condizentes com os cargos ocupados, na forma direta (salários) ou indireta (planos de assistência médica, auxílio transporte, “vales refeição”, cesta básica alimentar, auxílio natalidade, salário família etc). O conjunto destes fatores que remuneram o trabalho da mão-de-obra empregada resulta na satisfação, realização e valorização pessoal do trabalhador social, econômica e psicologicamente e, por conseguinte da sociedade como um todo.

BSFEAG

O empresariado conscientizou-se de que benefícios adicionais aos determinados por lei (e também, por força das pressões externas) eram necessários para estimular seus colaboradores. Sob o ponto de vista empresarial, estes benefícios visam a otimização dos resultados esperados das atividades. Apesar das resistências iniciais quanto à sua instituição, percebe-se que eles contribuem para a produtividade da empresa.

A assistência médica oferecida pelas empresas reduz as ausências dos funcionários, fazendo com que estes recorram em número bem menor aos serviços públicos de saúde, os quais, abarrotados pela imensa procura e carentes de profissionais para atendimento, consumiam grande parte do tempo de seus usuários somente em filas de espera. O fornecimento de refeições, ou de “vale-alimentação” contribuiu para a “melhor” alimentação dos empregados, ainda que em alguns casos esteja distante da necessidade real destes e de seus familiares e, conseqüentemente, resultou em mais forças e energia para a execução das tarefas. Os programas de treinamento profissional e de formação básica refletem na produtividade à medida que, mais esclarecidos, os funcionários incorrem em menor quantidade de erros. A limitação da carga horária de trabalho diário em geral e, por profissões específicas, de acordo com as características das atividades, também é um fator fundamental na redução de falhas, diante das melhores condições físicas de que dispõe um trabalhador que

tem as horas adequadas para o necessário descanso. A ajuda de custo para transportes também é um fator decisivo nas condições físicas do empregado que muitas vezes se via obrigado, em função de baixa remuneração, a percorrer longas distâncias a pé. A cesta alimentar também constitui fator estimulante para os funcionários, pois como os demais benefícios representa um complemento salarial, o qual muitas vezes serve para aliviar as preocupações do trabalhador com os recursos para sua alimentação mínima e de seus familiares, revertendo portanto em maior atenção para o processo operacional da empresa.



Voltando-se aos aspectos sociais, a concessão destes benefícios reflete a responsabilidade social da empresa no que tange à contribuição para a melhoria das condições de vida da sociedade, essencialmente dos habitantes da comunidade onde está instalada.

Obviamente, fazer não basta, é preciso fazer certo e mostrar que fez. Assim, na configuração do Balanço Social, propõe-se que a empresa demonstre a quantidade de funcionários que emprega, sua distribuição por sexo, idade, formação escolar, cargos ocupados; total da remuneração, benefícios oferecidos como: treinamento, assistência médica e social, auxílio alimentar (vale refeição e cesta básica alimentar), transporte, bolsas de estudos. Estas informações, além de evidenciarem a responsabilidade social da empresa, pode auxiliar no processo de melhorias dos serviços públicos, na medida que são identificados os setores não atendidos, ou menos beneficiados. Por exemplo, se a empresa mantém escola de nível básico para seus funcionários, familiares destes e para a comunidade local, a Prefeitura do município poderá realocar os recursos que seriam utilizadas nestes serviços para outras áreas carentes, como a saúde, o saneamento básico, transportes coletivos etc. ou aplicar na própria área educacional de forma a atender satisfatoriamente a parcela da população não atendida. Em outro caso, se a empresa sediada em área afastada propicia o transporte de seus funcionários, o governo municipal poderá aplicar os recursos destinados à implementação e manutenção dos transportes públicos em outras áreas (como a pavimentação, por exemplo) ou pelo menos reduzir o seu gasto de recursos nesta finalidade.

O balanço dos recursos humanos empregados e beneficiados pelas empresas poderá ser elaborado pela contabilidade em conjunto com o departamento responsável pela administração dos recursos humanos da empresa. O perfil da força de trabalho e os benefícios que lhe são proporcionados poderão ser definidos em conjunto e correlacionados com os eventos e transações econômico-financeiros que afetam a situação patrimonial e resultados, de forma a demonstrar o retorno auferido pela empresa, como aumento de produtividade, redução de gastos com departamento médico e até valorização do patrimônio da entidade. É de se lembrar que para muitas empresas os recursos humanos que elas empregam constituem o seu mais valioso ativo.

6.4 Compromisso social no mundo dos negócios

Ventos novos sopram no mundo dos negócios. Na busca de eficiência e excelência empresarial, parece não ser mais satisfatória a tradicional alquimia do cálculo custo-benefício com o aumento da produtividade e a ampliação das vendas no mercado. Os critérios de avaliação do sucesso começam a incorporar dimensões que vão além da organização econômica e que dizem respeito à vida social, cultural e à preservação ambiental. Pode-se dizer, interpretando a ideia de Angelo Caloia no livro *L'imprenditore-sociale*, de 1995, que a eficiência não é só "fazer as coisas bem", segundo as regras de mercado, mas é "fazer as coisas boas", segundo princípios éticos.

Esta perspectiva está saindo do mundo das utopias para se afirmar como uma referência prática não só nos países mais desenvolvidos, como também no Brasil. Mas como nasce a ideia de que a empresa pode combinar seus objetivos econômico-financeiros com a cidadania, a preservação ambiental, a ética dos negócios? Isto é, de onde vem esta nova preocupação das empresas em vincular e combinar, de forma original e criativa, suas metas de rentabilidade com práticas de "boa conduta".

Todas as organizações produtivas têm em comum a necessidade de organizar sua mão-de-obra, de gerir seu capital e definir seu nível tecnológico, da maneira que melhor lhes permita enfrentar a concorrência local, nacional e internacional. Nesse plano, a globalização, se de um lado acirra a competição, de outro, com sua surpreendente tecnologia de comunicação e sua sempre mais rápida mobilidade de capitais, oferece às empresas uma gama mais ampla de escolhas e um conjunto mais variado de iniciativas para permanecer no mercado.

6.4.1 Rede de negociações

Face à concorrência, a empresa deve procurar os canais certos para se manter em sintonia com o mercado. Essa busca leva-a rapidamente a perceber que não pode manter-se como uma organização fechada, isolada e rígida, mas que deve desenvolver formas de integração com as diversas entidades que a constituem internamente (seus funcionários e acionistas), e de interação com entidades externas (fornecedores, clientes, centros de pesquisa tecnológica, agências de publicidade e marketing, instituições públicas e privadas de crédito, organismos jurídico-legais do Estado, etc.). É fácil perceber como estes "partners" não são outra coisa se não setores diversos da sociedade. Assim, empresas e sociedade convivem graças a uma rede de trocas e negociações amplas e flexíveis.

De fato, os movimentos de diversificação tecnológica, de reconversão nos setores industrial e de serviços, de descentralização das instalações produtivas, de fusão financeira e até os movimentos especulativos são eventos empresariais que cada vez mais exigem uma ação sinérgica entre empresa e sociedade. Todo contrato é uma situação regulada por normas que legitimam a empresa em sua demanda de infra-estrutura, serviços, produtos e conhecimento profissional que, ao mesmo tempo, a colocam sempre mais na posição de ter que responder às necessidades e solicitações de seus "partners", isto é, a empresa pode ser interpelada pela sociedade.

Assim, ventos novos sopram no mundo dos negócios provindo também das transformações específicas da sociedade. Um exemplo é a formulação internacional do indicador de desenvolvimento humano, nesta última década do século XX. As propostas formuladas em termos de equidade, desenvolvimento sustentável e participação nos processos decisórios são as bases de novas relações que entrelaçam as dimensões econômicas, sociais e políticas cada vez mais fortemente. Em um regime democrático, a sociedade civil organizada é um viveiro de princípios reguladores das práticas econômicas, políticas e institucionais. As demandas das organizações sindicais, dos movimentos ecológico, feminista e negro, das associações de consumidores e dos usuários de serviços, são exemplos de como os diversos segmentos da sociedade sabem se mobilizar para reivindicar novos critérios de convivência, que muitas vezes afetam diretamente as formas de rentabilidade econômica. A pressão que os diversos setores sociais fazem a favor de regras de "boa conduta" já tem inspirado o estabelecimento de acordos internacionais de cooperação e linhas de crédito e financiamentos focalizados.



7. Balanço Social no Brasil

Com a globalização da economia e a consciência pela "qualidade total" que se alastra no país, que está plenamente adotada pela grande maioria das empresas aqui instaladas, o relacionamento social das empresas com seus empregados, seus clientes, seus acionistas e a comunidade que a cerca ou dela depende, a cada dia está mais evidenciado, forçando uma abertura e transparência cada vez maior das informações, não só econômicas-financeiras, como os resultados sociais produzidos e os reais acréscimos de riqueza na economia do país.

7.1 Origem histórica

Sua origem, nasceu e evoluiu, no Brasil, como bem analisa Gonçalves (1980, p.15), que a idéia começou a ser discutida ainda nos anos 60 com a criação da Associação dos Dirigentes

Cristãos de Empresas (ADCE). Um dos princípios desta associação baseia-se na aceitação por seus membros de que a empresa, além de produzir bens e serviços, possui a função social que se realiza em nome dos trabalhadores e do bem-estar da comunidade.

Mesmo que a idéia já motivasse discussões, apenas em 1977 mereceu destaque a ponto de ser tema central do 2º Encontro Nacional de Dirigentes de Empresas. Mas somente em 1984 é publicado o primeiro balanço social de uma empresa brasileira, a Nitrofertil. Oito anos depois, o Banco do Estado de São Paulo publica um relatório completo divulgando todas as suas ações sociais; e a partir de 1993, várias empresas de diferentes setores passam a divulgar o balanço anualmente.

Mas a proposta só ganha maior destaque na mídia e visibilidade nacional quando o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, lança, em 16 de junho de 1997, uma campanha pela divulgação do balanço social. Com o apoio de lideranças empresariais, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), autarquia do Ministério da Fazenda que fiscaliza as bolsas de valores; da Gazeta Mercantil, o mais importante jornal especializado em economia e negócios do Brasil; de muitas empresas (Xerox, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Glaxo Wellcome, Usiminas, entre outras); e de suas instituições representativas (Firjan, Abrasca, Abamec, Febraban, Associação Comercial do Rio de Janeiro), a campanha decolou e vem suscitando uma série de debates através da mídia e em seminários, encontros e simpósios.

Em novembro de 1997, novamente em parceria com a Gazeta Mercantil, o Ibase lança o Selo do Balanço Social para estimular a participação das companhias. O selo, num primeiro momento, será oferecido a todas as empresas que divulgarem o balanço social no modelo proposto pelo Ibase.

Hoje, apesar de ainda tramitar no Congresso Nacional projeto regulamentando e dispondo sobre a obrigatoriedade do balanço social, já é possível apostar no sucesso da

campanha independentemente de sua elaboração vir a ser obrigação legal, porque o processo de construção de uma nova mentalidade empresarial está em curso. O projeto de lei n.º 3.116/97, de autoria das deputadas Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling, prevê a obrigatoriedade para as empresas privadas com cem empregados ou mais, e para as demais, independentemente do número de funcionários.

O Balanço Social engloba a apresentação de nossas informações contábeis tradicionais, previstas na Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e são: o Balanço Patrimonial; a Demonstração do Resultado do Exercício; a Demonstração de Origens e Aplicações do Recursos; as Demonstrações das Mutações Patrimoniais, ou de Lucros ou prejuízos Acumulados. Estas demonstrações são acompanhadas de relatórios demonstrativos da política social da empresa, entre outros, destaca-se a Demonstração do Valor Adicionado. Esta última, usando a mesma Demonstração de Resultados, mostra a riqueza gerada pela empresa e como esta foi distribuída entre os diversos setores que contribuíram, direta ou indiretamente, para sua geração, como sócios, as instituições financeiras, o governo e os funcionários.

Atualmente algumas empresas, já reconhecendo a importância e os benefícios destas demonstrações, as estão divulgando, mesmo que de forma resumida e com criatividade, própria e de maneira não uniforme, merecendo elogios e reconhecimento.

7.2 Análise do projeto de lei 3.116/97

É geral a melhoria acontecida nas últimas décadas, por parte das empresas, na promoção e desenvolvimento dos aspectos sociais ligados aos indivíduos. No Brasil isto não é diferente, algumas empresas aqui existentes, nacionais ou internacionais, têm realizado investimentos que buscam ajudar para essa melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e, por consequência, da sociedade.

No entanto esta realidade, infelizmente não pode ser tomada como regra, pois muitas empresas não têm a consciência que este tipo de informação, é fundamental para que a sociedade veja que as empresas estão cumprindo seu papel no desenvolvimento social.

Pensando nesta análise, está no Congresso Nacional o Projeto de Lei 3.116/97, de autoria das deputadas Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling, que busca uma uniformidade nesta demonstração e determina o seguinte:

A) Quanto à obrigatoriedade para:

- Todas as empresas privadas com mais de cem empregados;
- Todas as empresas públicas, sociedades de economia mista, concessionárias de serviços públicos nível da administração pública, independentemente do número de empregados.

B) Quanto ao nível de informações:

- Dados financeiros como faturamento e resultado operacional; montante da folha de pagamento detalhando remuneração de empregados e serviços de terceiros;
- Número de empregados detalhando tempo de serviço, grau de instrução, sexo, cor, faixa etária, horas extras trabalhadas, participação percentual das mulheres em cargos de chefia;
- Encargos sociais pagos, despesas com alimentação, saúde e educação dos trabalhadores;
- Valores gastos com segurança do trabalho e outros benefícios, tais como: seguros, empréstimos, transporte, planos especiais de aposentadoria e previdência privada e outros benefícios;

- Valores gastos diretamente com a comunidade, tais como: construções de áreas de cultura e lazer, assistência social, segurança, educação, obras públicas e outras;
- Valores gastos com meio ambiente no controle e despoluição ambiental, reflorestamento, etc.

C) Publicação:

- 30 de abril de cada ano;
- Afixado na entrada principal dos estabelecimentos nos seis primeiros meses de sua divulgação;
- Garantia de acesso e divulgação;
- Divulgação em conjunto com as outras peças contábeis.



D) Punição:

- Impedimento de participar de licitações e contratos, incentivos fiscais, programas de créditos oficiais, multa pecuniária e publicidade de quem não cumprir.

Vale ressaltar que o parágrafo único do artigo terceiro deste projeto ainda estabelece que “ os referidos valores do Balanço Social deverão ser apresentados relacionado-se o percentual de cada item em relação à folha de pagamento e ao lucro operacional da empresa”.

É bastante expressiva a contribuição dada pelo aumento de informações que se poderá ter, para efeito de análise do ponto de vista de detalhamento e tipo, ao que hoje se têm acesso.

Conforme comentado por Freire (s.d. p.5), um fato decisivo no processo de discussão junto ao poder legislativo, é da análise e avaliação relativas às informações previstas como obrigações a serem cumpridas pelas empresas, pois através destas elas chegaram a um nível muito detalhado e minucioso. Porém, nota-se que tais informações não são excessivas ou desnecessárias, mas são informações importantes e úteis à sociedade que a recebe e a auxilia na geração de riqueza. Sua dificuldade de aprovação pela oposição, será em parte, por uma mudança das atuais informações prestadas hoje e as propostas, devendo gerar discussões acirradas no Congresso Nacional.

7.3 Relação anual de informações

Como informa Freire (1998, p.6), no Brasil, independentemente do número de empregados, são obrigadas a preparar a Relação anual de Informações, que é entregue ao Ministério do Trabalho e Previdência Social. Em tal documento está contida as informações dos estabelecimentos ou pessoas que, na condição de empregadores, contrataram algum assalariado por qualquer espaço de tempo durante o ano da declaração, sendo esta relação empregatícia regida pela Consolidação das Leis do Trabalho ou pela Consolidação das Leis do funcionalismo Público. Esta relação anual brasileira apresenta um grande conjunto de informações sobre as empresas e empregados, dentre os quais podemos destacar: nome do empregado, código no Programa de Integração Social, valores e Garantia de Tempo de Serviço, pagamento do décimo terceiro salário, tipo de vínculo empregatício, grau de instrução dos empregados, contratações e desligamentos, remunerações mensais e outras. Embora as informações levantadas hoje pelas empresas brasileiras sejam consideradas, por muitos empresários, como excessivas, ainda são bastante inferiores em quantidade, quando comparadas a outras demonstrações existentes em outros países como a França.

O Brasil, a obrigatoriedade instituída através de Decreto-lei, em pleno regime militar, da apresentação pelas empresas sediadas no Brasil da Relação Anual de Informações Sociais, foi bastante insipiente. Vale ressaltar que esta apesar de tudo, foi uma das primeiras

iniciativas do país, que mesmo tendo informações bastante limitadas foi um começo. Pode-se considerar como uma falha nesta relação o fato que tal documento não era disponibilizado para os empregados das entidades ou suas associações de classe.

Paralelamente, pode-se observar que a nova sociedade que esta se formando, em virtude dos avanços tecnológicos e globalização que acontecem nesta última década, estão produzindo modificações relevantes a nível global, onde as informações atuais não serão suficientes para atender as exigências da sociedade.

7.4 Balanço social em empresas públicas



Agora, é chegado o momento de orientar a proposta para as empresas públicas - municipais, estaduais e federais. Enfim, todas as instituições públicas que atuam na sociedade: as prefeituras, governos estaduais e respectivas secretarias, universidades e organizações não governamentais.

O modelo para a coleta de dados de atuação social é o mesmo das privadas. A diferença está na cobrança, inevitavelmente maior na esfera pública. Mais do que nunca, a empresa pública deve fazer todo o esforço para implementar políticas sociais. Não é só uma questão de exemplo. O setor público possui o desafio de conciliar a eficiência das empresas privadas, sem deixar de representar a política formal de interesses gerais da sociedade, um meio essencial para a satisfação do interesse público.

Um elemento importante na elaboração e divulgação do Balanço Social das instituições e empresas públicas é que esses documentos possam ser avaliados por organizações

autônomas. Assim, ficam garantidas a lisura e a credibilidade das informações apresentadas. Neste aspecto, as universidades e ONGs apresentam papel de destaque.

As adaptações do setor público são mais específicas. A estrutura pública é complexa e diferenciada. Refere-se à caracterização do projeto, à dimensão social. A partir de algumas iniciativas concretas, tomadas por essas instituições, pode-se chegar a um modelo comum. Se a idéia apresentar alto grau de aceitação, não será uma tarefa difícil implementá-la.

Ao final de cada ano, o país terá uma importante avaliação dos pontos conquistados no plano social. Trata-se de uma luta fundamental contra a miséria e, principalmente, contra a exclusão. A mídia já se mostra a favor. Alguns veículos de comunicação já estão à disposição para publicar tais resultados, sem maiores gastos para as empresas. Na verdade, a mídia também possui interesse em apresentar a própria dimensão social.

7.5 A informação social atual no país

O combate à pobreza no Brasil ainda é meta para o governo, mas já é uma realidade para muitas empresas do País. Conforme estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) revelou que 67% das empresas da Região Sudeste promoveram atividades sociais voltadas para a comunidade este ano. Ou seja, 300 mil empresas com mais de um funcionário realizaram benefícios para a sociedade.

A pesquisa Ação Social das Empresas foi o primeiro levantamento feito no Brasil sobre atividades sociais. O estudo analisou 1.752 empresas da Região Sudeste e tomou como base um universo de 445 mil companhias cadastradas no Ministério do Trabalho. A segunda etapa da pesquisa deve ser concluída em março, detalhando os setores mais destacados e o valor médio dos gastos das empresas com a área social.

Uma das surpresas foi detectar que o número de empresas que ajudam a comunidade supera o das que realizaram projetos sociais para os funcionários. Na Região Sudeste, 63% das empresas ofereceram aos empregados benefícios não obrigatórios por lei. A coordenadora do estudo, Anna Maria Peliano, esperava que as companhias tivessem um comprometimento maior com seus funcionários do que com a população. O grau de envolvimento dos empresários surpreendeu e mostra que o setor percebeu a necessidade de contribuir para aliviar os problemas sociais.



O mais comum, porém, é o empresário agir nas duas frentes: cerca de 45% das empresas promovem ações sociais destinadas à comunidade e aos trabalhadores. Pelo estudo, apenas 16% das companhias da região ficaram à margem do crescimento das ações sociais no País.

O Estado que mais se destacou na promoção de ações para a comunidade foi Minas Gerais, onde 81% das empresas declararam ter assumido esse tipo de iniciativa. Em segundo lugar veio São Paulo, com participação de 66% das companhias. "Aspectos religiosos e culturais são mais importantes do que descontos fiscais ou rendimentos", explicou a coordenadora.

Os dados preliminares da segunda fase da pesquisa indicam que grande parte das atividades sociais dirigidas aos funcionários se concentra nas áreas de alimentação e saúde. Já a comunidade é mais beneficiada com doações de recursos para instituições filantrópicas ou religiosas.

A classificação de ação social do Ipea é extremamente ampla. Qualquer projeto ou doação de recursos para pessoas e entidades públicas ou sem fins lucrativos foi considerado

como atividade social. Entraram também na relação os programas empresariais promovidos em parceria com o governo.

Setores - O comércio e a indústria tiveram a ação mais destacada na área comunitária este ano. Segundo a coordenadora, esses segmentos têm maior ligação com a comunidade e a "política da boa vizinhança" é importante para o desempenho dessas atividades. Já as empresas de construção civil foram as que menos atuaram em benefício da população. O quadro se inverte quando se analisa a atuação das companhias em relação aos seus empregados. Os maiores ganhos sociais são obtidos pelos funcionários do setor da construção e os piores, no comércio. Anna Maria ressaltou que boa parte dos funcionários do comércio é de trabalhadores temporários ou sem carteira assinada.

8. Demonstração do valor adicionado

8.1 O que é valor adicionado?

O conceito de valor adicionado é utilizado na macroeconomia para avaliação do chamado Produto Nacional.

O produto nacional bruto pode ser definido, segundo Rosseti (1978, p.517), "a medida, em unidades monetárias, fluxo de caixa de bens e serviços e produzidos pelo serviço finais produzidos pelo sistema econômico em determinado período".

Contabilmente, pode-se definir o valor adicionado em uma empresa, segundo Luca (1998, p.25), como sendo "a diferença entre o valor da produção e os consumos intermediários (compras a outras empresas) num determinado período".

8.2 Como elaborar a Demonstração do Valor Adicionado

A maioria dos valores que compõem a Demonstração do Valor Adicionado é obtida de contas utilizadas pela própria contabilidade e apresentadas nas tradicionais demonstrações contábeis. Apenas um dos itens da Demonstração do Valor Adicionado não pode ser encontrado facilmente nas demonstrações contábeis tradicionais por um usuário externo. Trata-se do item referente ao consumo intermediário (materiais e serviços adquiridos de terceiros).

USFEAG

Abaixo é apresentado uma forma simples de montar esta demonstração, sendo aqui uma estrutura básica e sintética da mesma:

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS

(-) Insumos adquiridos de terceiros

Mercadoria para revenda

Outros materiais consumidos

Serviços de terceiros

Propaganda e publicidade

Outros gastos

Comissão e despesas bancárias

(=) VALOR ADICIONADO BRUTO

(-) Depreciação

(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO:

Empregados

Salários e encargos

Comissões sobre vendas

Honorários da diretoria

Participação estatutária dos empregados

Participação estatutária dos administradores

(+) Financiadores

Juros

Aluguel

(+) Governo

Impostos e contribuições sobre vendas

Impostos diversos e taxas

(+) Acionistas

Dividendos

Lucro retido

(=) TOTAL DO VALOR ADICIONADO

8.3 DVA – Uma demonstração incluída no balanço social

É um importante componente do balanço social, tem como principais objetivos a apresentação da riqueza gerada pela entidade e a forma de distribuí-la. Pode-se dizer que esta demonstração caracteriza-se como uma parte essencial pois possui um caráter humano. Porém esta demonstração não deve ser confundida com a demonstração do resultado do exercício, pois esta não consegue apresentar essa riqueza gerada, e de forma quase egoísta, esta voltada praticamente para apuração e divulgação do lucro e este pertence apenas aos proprietários da empresa.

9. Conclusão



Com base em demonstrações sociais, a sociedade poderá interpretar e avaliar a ação do governo e das organizações privadas no uso dos recursos naturais disponíveis, bem como a eficácia da gestão patrimonial, com os respectivos benefícios acrescentados ou adicionados aos trabalhadores ou à comunidade em geral. Da mesma forma, a ação fiscalizadora dos governos poderá reverter em incentivos, diminuindo os tributos cobrados das instituições coletivas ou individuais, para que todos possam melhorar o seu desempenho na gestão social, reduzindo, assim, os gastos do governo com meio ambiente, seguridade social e segurança.

Certo da importância do balanço social como um instrumento que retroalimentará o sistema organizacional, tornando-o dinâmico, interligado e interagindo com o meio ambiente geral, faz-se a necessidade de sua prática urgente por parte das empresas, sejam privadas ou públicas, para podermos viver em uma sociedade mais transparente e conseqüentemente com mais possibilidades de um social melhor.

Bibliografia

- ALMADA RODRIGUES, Alberto. Da sociologia da contabilidade à auditoria socioeconômica. **Revista Paulista de Contabilidade**. São Paulo: [s.d.].
- ANDRADE, André Luiz de. Contabilidade Ambiental: Os novos ativos e passivos de pequenas e grandes empresas. **Revista Fenacon**. Ano IV, nº 39, p. 10 – 12, março, 1999.
- BRASIL. Projeto de lei n. 3.116, de 14 de maio de 1997. Dispõe sobre a obrigatoriedade para empresas privadas e públicas, de elaborarem, como estruturar, a publicação e a punição referente ao balanço social.
- CUNHA, Aromildo Sprenger da. Balanço Social. In: XV Congresso Brasileiro de Contabilidade. Fortaleza, 1996, V.1, p. 95 – 114.
- Demonstração do Valor Adicionado – Dois casos muito especiais. IOB – Temática Contábil e Balanços. No 01, jan/99.
- FREIRE, Fátima de Souza. **Uma proposição de um balanço social internacional**. 1998, 14p. Dissertação – Faculdade de Economia, Administração, Atuariais e Contábeis de São Paulo, 1998.
- GIULIANI, G. M. Orçamento e Democracia. **Boletim do Ibase**. Ano 6, nº 11, p. 10-11, fevereiro, 1999.
- GONÇALVES, E. Lima. Balanço social da empresa na América latina. São Paulo: Pioneira, 1980.
- HENDRIKSEN, Eldon S. **Ating theory**. Homewood, Illinois : Richard D. Irwin, 1965, p. 18-19.
- KROETZ, Carlos Eduardo Stevens. Balanço social. **Revista Brasileira de Contabilidade**, p. 44 – 51, março, 1998.
- LUCA, M. M. M. **Demonstração do Valor Adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**. 1ª. ed. Atlas, 1998.

RIBEIRO, M. S. Balanço social: instrumento para demonstrar o lado social e humano das empresas. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Vol 115, p. 72 – 81, janeiro/fevereiro, 1999.

ROSSETTI, José Paschoal. **Contabilidade Social**. 7a ed. Atlas, 1995, p18.

SANTOS, Ariovaldo dos & PARMEZZANO, Cláudia Meca.

SANTOS, Ariovaldo dos. Balanço social, um indicador de excelência. **Revista Exame**, São Paulo: Melhores e Maiores, set, 1997.

SUPLICY, Marta. Balanço social é instrumento de cidadania. **Revista Trevisan**. Vol 115, p. 13 – 14, setembro, 1997.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço social: uma abordagem sócio-econômico da contabilidade**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo: UPS, 1984. p. 108.